

ARTIGO

CLAMOR: A SOLIDARIEDADE CONTRA O TERRORISMO DE ESTADO E A OPERAÇÃO CONDOR

CLAMOR: SOLIDARITY AGAINST STATE TERRORISM AND THE CONDOR OPERATION

ENRIQUE SERRA PADRÓS*

RESUMO

O seguinte artigo analisa a trajetória do Grupo Clamor, organização de direitos humanos que atuou no Brasil no final dos anos 70 e centrou seu foco de atuação no auxílio aos perseguidos políticos pela violência das ditaduras do Cone Sul. A organização desencadeou inúmeras ações que podem ser identificadas no tripé “resistência-denúncia-solidariedade”. A sua atuação em casos emblemáticos, como o seqüestro dos irmãos Julien ou na retirada de muitos perseguidos da região garantiu ao Clamor, um protagonismo central na luta contra o terrorismo de Estado e na denúncia da estrutura que virias a ser conhecida, posteriormente, como Operação Condor.

PALAVRAS-CHAVE: Clamor. Ditaduras de segurança nacional. Direitos humanos.

ABSTRACT

The following paper analyses the trajectory of the Clamor group, a human rights organisation that acted in Brazil in the late 70's and focused their actions in assisting politically persecuted by the violence of the South Cone dictatorships. The organisation unleashed countless actions that can be identified as a "resistance-denunciation-solidarity" acting. Their acting on emblematic cases, such as the kidnapping of the Julien brothers or in the removal of many persecuted in the region, ensured to Clamor group a prominent role in the fight against State Terrorism and in the denunciation of the structure that would be known later as the Condor Operation.

KEYWORDS: Clamor. National Security Dictatorships. Human Rights.

Introdução

Nos anos 60, a América Latina se viu convulsionada pela radicalização política originada na tomada de consciência por parte de parcelas da população diante da persistência de estruturas excludentes e processos internos de concentração de riqueza. Os mesmos, impossibilitavam condições mínimas de sobrevivência a setores crescentes da sociedade. Todavia, o egoísmo das frações dominantes se viu perturbado pela influência da experiência revolucionária cubana e dos movimentos de libertação nacional que eclodiam pelo então Terceiro Mundo, disseminando exemplos de luta e gerando expectativas de mudanças estruturais. De forma geral, a instabilidade social e o esgotamento das condições propícias para a reprodução do capital no cenário latino-americano resultaram em descontentamento e mobilização. Partidos políticos, movimentos sociais e luta armada foram instrumentos de manifestação desse descontentamento contra governos considerados insensíveis ou mancomunados com as classes dominantes e o capital estrangeiro.

Como respostas às reações populares e governos reformistas sucederam-se projetos autoritários associados a uma direita golpista, aos interesses dos EUA e defensores de uma reestruturação econômica adequada às novas necessidades do capitalismo mundial. No Cone Sul, o resultado desse tenso confronto redundou na imposição de Ditaduras de Segurança Nacional entre os anos 60 e 80. Observando um leque cronológico de pouco mais de dez anos (incorporando o Paraguai de Alfredo Stroessner, de temporalidade anterior) verifica-se que Brasil, Bolívia, Uruguai, Chile e Argentina mergulharam em experiências ditatoriais inéditas.

Perseguidos políticos no Cone Sul: entre “ratoeiras” e condores

O surgimento e deslocamento de exilados pela América do Sul, à procura de terra próxima a sua pátria e que não fosse hostil a sua condição foi uma das consequências mais dramáticas desse processo. Perseguidos políticos paraguaios e brasileiros estiveram entre os primeiros a suportar o desarraigo produzido pela ausência involuntária do seu entorno afetivo e dos elementos da sua identidade nacional. Nos anos 60, o Uruguai os acolheu, reafirmando uma tradição histórica de receber vítimas de opressão política. A estabilidade democrática – algo incomum naquela América Latina –, o suporte governamental, a receptividade de parte da população e a fraternidade da esquerda local proporcionavam aos desterrados certo conforto para enfrentar os traumas recentes, diminuir o impacto das perdas das quais eram portadores e mitigar os efeitos cotidianos da nova situação ante um presente difícil e um futuro incerto. Durante certo tempo, Montevidéu aliviou a sensação de solidão e abandono desses cidadãos estrangeiros. Contudo, o Uruguai também estava inserido em um quadro de turbulências; questões internas, de curto e longo percurso, se combinavam com fatores externos de extrema importância (a Revolução Cubana, a Guerra do Vietnã, as inflexões da Guerra Fria no continente americano, etc.).

Assim, o posterior agravamento da situação interna acabou irradiando hostilidade contra a comunidade de exilados, desde instâncias governamentais, serviços de inteligência, aparato policial e setores de extrema direita, parte deles coincidentes com os insistentes pedidos dos regimes de Stroessner e dos generais brasileiros sobre o governo oriental para que este coibisse a mobilidade daqueles grupos, vigiasse seus contatos e proibisse qualquer articulação dentro do seu território.

Avançados os anos 60, grupos clandestinos de extrema direita intensificaram as ameaças e ações contra os exilados e a esquerda uruguaia. A ascensão do presidente Jorge Pacheco Areco, no final de 1967, piorou a situação. Considerado amigo dos governos do Paraguai e do Brasil, o novo governo promoveu uma acentuada guinada autoritária; a mesma, entre outras graves consequências, impeliu os expatriados a procurar santuários menos adversos.

A partir da nova década, o Chile de Allende exerceu especial atração sobre os latino-americanos perseguidos, particularmente junto aos setores revolucionários ou com práticas de resistência mais radicais. Às levadas anteriores de expatriados foi acrescida uma nova geração de lutadores sociais brasileiros – parte dela, atingida pelo AI-5 mergulharia na luta armada – e de numerosos tupamaros que, condenados no Uruguai, faziam a opção constitucional de trocar a prisão no seu país pelo desterro em outro que os acolhesse; havia, ainda, bolivianos remanescentes da guerrilha do Che, grupos peruanos e alguns argentinos. De certa forma, fluxos humanos se deslocavam incessantemente à procura de um porto (relativamente) seguro, enquanto aguardavam o momento propício para “voltar a casa”. Nesse momento, já existiam mecanismos de controle policial sobre as fronteiras comuns; porém, a sua eficiência e rigor distavam do patamar que atingiriam anos depois. Por outro lado, a percepção securitista de um potencial subversivo extrafronteiriço era desigual em cada Estado; poucos anos depois, porém, haveria coincidência nessa questão e propostas de atuação conjunta. Objetivamente, Brasil e Paraguai foram os primeiros a consolidar essa percepção, mas, a preocupação essencial ainda era, preferencialmente, o monitoramento dos seus “subversivos” nos outros países, e menos com a presença de estrangeiros em território nacional.

Apesar do alto risco implícito, era evidente que opositores políticos de diversas origens nacionais circulavam ou se estabeleciam

temporariamente nos países vizinhos. Os menos visados, o faziam de forma legal, utilizando os prazos para turistas; outros ingressavam e permaneciam com documentação provisória ou até falsa; e um pequeno número se movia no espaço cinzento da clandestinidade. Não obstante os cuidados tomados, em termos de comportamento e perfil assumido, tais situações acarretavam perigo iminente de detenção e deportação, o que implicava, na prática, em forte ameaça de condenação e provações duríssimas. A saída em direção a lugares mais distantes do epicentro conflituoso era pouco comum até 1973. Mesmo assim, partir para a Europa ou o México era tangível para dirigentes ou certos quadros “queimados”, mas não para a maioria dos perseguidos. O fator econômico pesava e era um dos motivos da existência de deslocamentos próximos aos limites do país de origem; outro, intenso em determinadas conjunturas, se revestia de voluntarismo para a retomada e continuidade da luta.

Nos anos posteriores, a situação piorou acentuadamente para a esquerda (revolucionária ou reformista) e até para setores moderados, mas constitucionalistas e contrários ao recurso à força como forma de dirimir crises. O ano de 1973 foi antessala do inferno. Uruguai e Chile, duas das democracias mais estáveis da América Latina foram subsumidas em golpes de Estado que desataram a fúria repressiva contra as suas populações. No caso uruguaio, fechava-se um ciclo; a aventura ditatorial era liderada pelo próprio presidente Juan María Bordaberry, artífice e protagonista do golpe de Estado. Com a guerrilha derrotada desde 1972, os grandes alvos foram o Parlamento, a coalizão de esquerda Frente Ampla e a forte tradição de luta da Convenção Nacional dos Trabalhadores (CNT). Era o início de um regime ditatorial que durou até 1985 e que teve na prisão massiva e prolongada a singularidade coercitiva. Durante anos, o Uruguai foi considerado, pelos organismos internacionais, o país com o maior percentual de presos de consciência

do mundo. A vida no cárcere e o exílio foram o futuro imediato de dezenas de milhares de cidadãos; tortura, sequestros, detenções ilegais, prisão massiva, execuções e desaparecimentos foram parte da política de Estado para combater à “subversão”.

No caso chileno, a escala de violência foi maior e bem mais intensa. Pouco mais de dois meses após o fim da democracia uruguaia, caiu o governo socialista de Salvador Allende; espécie de “crônica de uma morte anunciada”, o 11 de Setembro de 1973 foi amadurecendo desde o dia seguinte do anúncio dos resultados eleitorais de 1970. A conspiração dos setores golpistas e antidemocráticos nunca mais cessou. Primeiro, para impedir a posse do presidente eleito; depois, solapando as primeiras medidas governamentais; finalmente, agindo descaradamente em todos os espaços possíveis, acuando, ameaçando e conspirando abertamente com o apoio aberto dos EUA. A execução do golpe de Estado, contou, igualmente, com apoio e participação brasileira através do Itamaraty.¹ A violência contra os militantes da Unidade Popular (UP) e os partidos constitutivos foi de particular brutalidade. Visando inviabilizar qualquer capacidade de reação, destruiu as bases partidárias e sindicais do governo deposto mediante a metodologia dos fuzilamentos e a reclusão massiva de simpatizantes da UP. A contundência repressiva foi ampliada, com absurda virulência, aos milhares de estrangeiros (exilados ou não) que haviam sido acolhidos pelo governo Allende. O Chile passou a viver, assim, sob a prolongada ditadura Pinochet - no poder até 1989, mas persistindo, todavia, muitos anos depois. A experiência socialista foi revertida nos seus fundamentos e, como corolário, a economia foi reestruturada a passo de galope. De fato, a economia chilena foi a primeira do mundo a ser colocada sob as diretrizes do neoliberalismo; com certeza, não poderia haver pior epitáfio para os sonhos socialistas dos simpatizantes do governo da Unidade Popular.

A instalação de Ditaduras de Segurança Nacional no Uruguai e no Chile constituiu um duríssimo golpe para todos os setores democráticos sul-americanos. Em última instância, o fim de ambos os regimes constitucionais fortaleceu, sobremaneira, as tendências autoritárias em toda a região; quer dizer, os golpes contra a UP e a democracia uruguaia abalaram indiretamente, as expectativas de milhares de cidadãos paraguaios e brasileiros em relação ao seu próprio futuro.

Portanto, sobre o quadro de refugiados espalhados pela região deve ser frisado que a situação piorou consideravelmente. Dezenas de milhares de chilenos e uruguaios foram obrigados a abandonar seus respectivos solos pátrio; junto com eles, outros milhares de estrangeiros estabelecidos no Chile e apoiadores do governo Allende, retomaram um caminho incerto. Os registros fotográficos das embaixadas em Santiago, atestadas de asilados, sintetizam um drama humanitário diante do qual não havia opções; para a maioria dos perseguidos, a impossibilidade de obter proteção diplomática implicava em execução na certa. Por outro lado, as imagens dos cadáveres arrastados pela correnteza do rio Mapocho, as terríveis informações filtradas desde o Estádio Nacional e as denúncias do rasto de sangue deixado pela “Caravana da Morte” aterrorizavam milhares de pessoas.

Entretanto, na contramarcha da tendência preponderante no Cone Sul, a Argentina recuperara a volta à democracia com a eleição presidencial do peronista Héctor Cámpora, em 1973. Este fato, anterior aos golpes uruguaio e chileno, teve implicações sobre aqueles que procuravam abandonar o país transandino. Os relatos dramáticos dos fugitivos daquele cenário dantesco, tentando atravessar os Andes para chegar a solo argentino, atestam a épica luta pela sobrevivência diante das máquinas ceifadoras de vida de Pinochet, Médici, Stroessner e Bordaberry.

A maioria dos atingidos pelos golpes de Estado recentes não dispunha de condições materiais (ou até políticas) para abandonar a região; portanto, sobrou quase como única alternativa, a Argentina. Esta, nesse contexto, parecia estar a salvo de ditaduras entanto era palco das ilusões da Juventude Peronista e de expectativas gerias de redemocratização; para lá se dirigiram opositoristas uruguaios, bolivianos, paraguaios, brasileiros, os quais continuavam sendo “expulsos” dos seus respectivos territórios nacionais; a eles se incorporavam, agora, o enorme contingente de chilenos e de estrangeiros que fugia do Chile de Pinochet. Esse universo de expatriados, enquanto aguardava tempos melhores, perscrutava, desde esse novo santuário, os dramáticos acontecimentos que ocorriam na terra natal. Mas fosse por sua iniciativa ou por contingências de um turbilhão de acontecimentos locais, o mundo do exílio acompanhou e viveu de perto a controversa “primavera peronista”, sem perceber que um letal torniquete estava sendo ajustada ao redor do seu pescoço e da esquerda nativa, (a mesma que desde o início de 1973, não terminava de festejar a chegada de Perón à presidência da República.

Efetivamente, o que aconteceu depois foi a reprodução e adequação, em território argentino, da lógica e dos efeitos residuais do terrorismo estatal implementado sobre as sociedades vizinhas - porém, em escala de velocidade, intensidade e extremismo sem precedentes. A fúria coercitiva desencadeada gerou a paralisia da oposição e significativa perda de solidariedade. Em nome da sobrevivência cotidiana fomentou-se a cautela e a introspecção. O caráter clandestino do sistema repressivo contribuiu para aumentar a sensação de abandono, neutralizando respostas de resistência ante uma violência estatal anônima, onipresente e impune. Em suma, no meio da debacle, a “cultura do medo” congelou iniciativas e desviou muitos olhares que acabaram se omitindo diante dos gravíssimos fatos que estavam acontecendo.

Uma observação que merece registro é o contraste na atuação das Forças Armadas brasileira, uruguaia e chilena em relação à argentina, quanto à expulsão dos militantes mais combativos. Nos primeiros casos houve certa indução ao exílio (o que ajuda a compreender o trânsito desses grupos nacionais pela região até chegar ao gargalo argentino); por isso, no início de 1976 encontram-se, em Buenos Aires, tantos dirigentes e quadros perseguidas no resto do Cone Sul. Após tomar o governo, a Junta Militar liderada por Videla associou esses estrangeiros ao “inimigo interno” a ser destruído, reprisando a tentativa feita anteriormente pelos golpistas chilenos.

Na sua relação com os exilados e com os setores nacionais que pretendiam abandonar o país, a Junta Militar avaliou as experiências dos regimes vizinhos e as considerou falhas, pois não evitaram o eco das denúncias nem o desgaste contra seus governos no cenário internacional. Com tal precedente, a ditadura argentina se decantou pela aniquilação física daqueles que encarnavam a contestação social; ou seja, a ideia era resolver o problema dentro do território nacional antes que virasse uma questão internacional; portanto, tratava-se de agir preventivamente e impedir a conformação de um exílio combativo. A escolha da estratégia sequestro-tortura-desaparecimento transformou o território argentino² em uma enorme “ratoeira”; para tanto, os passos de fronteiras foram blindados, o acesso às embaixadas foi bloqueado e o fornecimento de pasaportes foi rigorosamente controlado, dificultando ao extremo a saída do país. Tal afirmação não desconhece a existência de uma enorme diáspora argentina, mas aponta para um objetivo central: a fiscalização exaustiva das fronteiras – operação “ferrolho” (*cerrojo*), dificultou o máximo possível o trânsito sobre a divisa, a qualquer suspeito, independente de nacionalidade.³ A medida que o Cone Sul se transformava em um oceano de Estados de exceção virava obsessão impedir o deslocamento dos “inimigos internos” pelo interior da sua

geografia. A Argentina virou uma armadilha, a queda da sua democracia fechou o cerco; deixaram de existir, no Cone Sul, territórios que não fossem hostis para os perseguidos políticos.⁴

Simultaneamente, os serviços de inteligência regionais se articularam para potencializar o combate à “subversão” comum, ou seja, aos opositoristas que insistiam em denunciar a realidade sul-americana e organizar campanhas de esclarecimento da opinião pública internacional junto à ONU, OEA e governos democráticos. Gradualmente, o círculo de asfixia foi fechando. A coordenação repressiva, já existente, deu um salto de qualidade com a criação da sofisticada Operação Condor, em 1975.⁵ Esta representou a articulação internacionalizada do padrão repressivo - ao nível operativo e de inteligência -, que vinha sendo aplicado por cada um dos membros associados (privação ilegítima de liberdade, abuso de autoridade, maus tratos, homicídios e desaparecimentos).

A estrutura teve seus objetivos definidos: coordenação, cooperação e aprofundamento no combate anti-subversivo; levantamento, intercâmbio e armazenamento de informação sobre a oposição; deslocamento clandestino de agentes e realização de operações nos territórios dos países membros (*zona condor*); formação de equipes especiais para realização de operativos fora da América Latina. Dos seus objetivos mais ambiciosos constava a estruturação de um banco de dados regional sobre “agentes subversivos” e o monitoramento, controle e vigilância da oposição onde ela estivesse. Com base nessa metodologia sucederam-se centenas de casos com a marca Condor ou de esquemas assemelhados. Os atentados contra Orlando Letelier, Juan José Torres, Zelmar Michelini e Héctor Gutiérrez Ruiz são os mais reconhecidos, embora estejam muito longe de serem os únicos.

Clamor e as redes de direitos humanos: solidariedade, denúncia e resistência

A resistência contra os regimes de exceção teve expressivo aporte desenvolvido desde o exílio. Apesar da ameaça da repressão extraterritorial, as denúncias, mesmo fragmentadas ou imprecisas, não pararam de ocorrer. A elas foram acrescentadas, pouco depois, outras que indicavam o acionar de unidades militares chilenas e uruguaias caçando compatriotas em Buenos Aires. Diante de condições tão adversas a teimosia em denunciar assinalava voluntarismo e existência de brechas de luta e resistência que se contrapunham ao terror ou à omissão de muitos daqueles que podiam exercer pressão. Parte das informações coletadas nas catacumbas da clandestinidade e das prisões rompia o cerco coercitivo e, mediante a coragem de intermediários anônimos ou conhecidos, chegava a destino para ser convertida em proclamações e manifestos.

Às organizações remanescentes na região somavam-se aquelas criadas pelas comunidades exiladas. Embora as tentativas de infiltração por parte dos serviços de inteligência, o exílio e suas correntes de busca de informação, orquestração de campanhas para obtenção de fundos e vinculação com setores democráticos locais, continuavam gerando pressão contra seus governos e atraindo simpatia à sua causa. Denunciar, dar testemunho, marchar, gritar consignas e produzir eventos culturais de repúdio aos regimes repressivos sul-americanos ganhou enorme expressão na Europa e no Terceiro Mundo. A multiplicação de esforços ampliou a campanha pela libertação de presos. Apesar do clima de apatia ou paralisia social, pequenas e grandes histórias registram a disposição de gritar em praça pública, diante dos meios de comunicação e nos fóruns internacionais, os segredos que as ditaduras guardavam a sete chaves. Cada vez mais, a opinião pública estrangeira ouvia falar do uso

generalizado da tortura, da existência e atuação de esquadrões da morte e da terrível ausência de milhares de desaparecidos.

A atuação de organismos com o perfil de Clamor implicou, de certa forma, em dois conjuntos de ações que englobaram parte dos casos enfrentados. O primeiro, o fortalecimento das conexões formais e informais entre as resistências internas e o exílio, garantindo fluxos de informação nos dois sentidos - alimentando acusações no exterior e animando a resistência interna – e, ainda, retirando cidadãos acuados da *zona condor*. O segundo conjunto de iniciativas perseguiu um objetivo da maior relevância, dar voz àqueles inúmeros familiares que, vencendo as barreiras do medo, buscavam informações sobre seus seres queridos ou denunciavam as duríssimas condições carcerárias existentes. Clamor apoiou decisivamente todo esses empreendimentos e incorporou ao seu cotidiano de denúncias, a “retirada” do continente de pessoas visadas pelo sistema repressivo (sofrendo, inclusive, situações de alto risco); este desafio acabou compartilhado com associações como Cáritas, Movimento de Justiça e Direitos Humanos e Comissão Justiça e Paz. As ameaças contra seus integrantes não impediu que, em poucos anos, centenas de perseguidos e suas famílias fossem retirados da região. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e a Arquidiocese de São Paulo tiveram centralidade nesse processo, sem dúvida; mas as demais entidades faziam o trabalho de peneirar e checar informação, contatar, “levar” e “guardar” pessoas, acompanhar a imprensa, fazer a triagem de notícias, preparar documentos, manifestos e boletins, realizar campanhas para obtenção de fundos, avaliar possibilidades de refúgio, examinar conjunturas pontuais para desenvolver tarefas, etc.

A história de Clamor remonta a 1977, momento em que muitos refugiados do Cone Sul perambulavam pelo escritório da ACNUR, no Rio de Janeiro, e pela Arquidiocese de São Paulo, buscando ajuda,

solidariedade e espaço para testemunhar sobre o inferno repressivo vivenciado nos seus países de origem. Milhares de cidadãos argentinos, chilenos, bolivianos, uruguaios e paraguaios foram impelidos a fugir da Argentina após a imposição do regime ditatorial. Alguns, procurando ficar o mais perto possível “de casa”, arriscavam a vida no Brasil, assumindo a condição de clandestinos, refugiados ou ilegais. Jan Rocha esclarece:

[...] houve muita demora, até que o mundo percebesse o real grau da violência que arrasava parte da sociedade argentina. Fugindo dessa perseguição começaram a chegar inúmeros refugiados ao Brasil, em 1977 [...] procurando ajuda na Cúria Metropolitana, nas igrejas, etc. Através de amigos tive contato com um grupo de argentinos, que relatava o sofrimento existente no seu país. [...] muitos deles estavam profundamente traumatizados, havia crianças com problemas, pois tinham visto coisas terríveis, haviam sido separadas dos pais. [...] O que os argentinos perseguidos contavam era tão inacreditável – diante de tamanha barbárie – que ou você parava de ter contato com eles para não ouvir mais essas histórias, ou, então, você tinha que fazer alguma coisa. [...] Foi nesse contexto que encontrei Luiz Eduardo Greenhalgh, quem era advogado de presos políticos e possuía contato com refugiados através do seu escritório, foi quando decidimos que deveríamos criar algum tipo de organização.⁶

Observa-se, nas palavras da jornalista, o impacto produzido pelas condições desesperadas de crianças e adultos fugindo do horror e precisando urgentemente de socorro. Alguns deles pretendiam fixar-se transitoriamente no Brasil para criar plataformas, minimamente protegidas, que permitissem continuar a luta ou servir de refúgio para novos fugitivos.

Outras associações de direitos humanos estavam agindo, nesse momento, no Brasil, dedicando-se às questões internas, aproveitando o contexto da propagada abertura e distensão do período Geisel; ações solidárias ainda eram necessárias para um número significativo de brasileiros e para as estruturas sindicais, partidárias ou sociais. Entrementes, os fundadores de Clamor reconheciam que existiam vários

canais de socorro às vítimas brasileiras. Em função disso, entendiam ser muito mais útil prestar auxílio aos “párias” estrangeiros traumatizados; carregavam enormes perdas em um país de língua desconhecida e onde imperava um regime ditatorial que, paradoxalmente, era considerado por quem fugia menos perigoso do que o chileno, o argentino e o uruguaio.

Nesse quadro, a necessidade de colaborar fez com que a jornalista Jan Rocha, o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh e o pastor Jaime Wright compusessem o núcleo inicial. Acolhidos por Don Paulo Evaristo Arns, cardeal de São Paulo, vincularam-se à Comissão Arquidiocesana da Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados e comprometeram-se a dissolvê-la quando voltasse a democracia.⁷ A sobreposição da figura de Don Paulo é compreensível, dado o reconhecimento a sua firme atuação em defesa de cidadãos hostilizados e ameaçados, como bem remarca Belela Herrera, outra destacada ativista na luta contra as ignomínias desses tempos: “[...] Don Paulo Evaristo Arns fundou o Clamor para solidariedade e para apoio e denúncia da situação de violações aos direitos humanos no Cone Sul, e isso foi muito importante, e sempre devemos agradecer, porque aí houve muito apoio. [...]”⁸

Inegavelmente, a proteção que a figura do cardeal transmitia às organizações de direitos humanos foi determinante, pois garantia cobertura, inspirava confiança e seriedade, além de compartilhar o enorme reconhecimento público relacionado à sua trajetória em defesa dos perseguidos e combate à violência estatal. Jan Rocha dimensiona com pertinência o significado dessa parceria:

Desde o início, a organização contou com seu inestimável respaldo, o que foi de extrema importância. Don Paulo acolhia os refugiados que chegavam à Cúria, ele queria muito ajudar, sempre teve essa postura, se interessava pelos eventos dos outros países e oferecia apoio. [...] À medida que o trabalho cresceu, começamos a receber muitos membros de organizações da Argentina, do Paraguai, do Uruguai, eram avós, mães, etc.; iam muito a São Paulo para falar conosco, e Don Paulo sempre os

recebeu. A acolhida que ele deu a esses familiares foi muito importante, aliás, apoio que não recebiam nem das próprias igrejas dos seus países de origem.⁹

O nome da entidade foi escolhido por expressar, tanto em língua portuguesa quanto castelhana, o mesmo sentimento de denúncia. Pretendiam uma palavra que expressasse uma idéia com máxima contundência; várias foram lembradas: “América Latina”, “Comitê”, “Amor”, etc., até que Jaime Wright lembrou do versículo da bíblia “Para ouvir os clamores do meu povo”, e aí se consagrou a expressão que virou sinônimo de solidariedade.¹⁰ A palavra representou adequadamente a realidade enfrentada por aqueles coletivos perseguidos, conforme consta dos seus relatos, declarações do próprio punho, cartas de familiares, pais e avós contando experiências terríveis; portanto, “Era um Clamor! Um Clamor que surgiu especialmente da Argentina, mas também do Uruguai, Paraguai, do Chile, por ajuda, por apoio, para denunciar, para falar. Então era um Clamor, um Clamor que chegava até nós de pessoas que precisavam urgentemente de ajuda!”¹¹ De todas as formas, a organização também usava o nome Comitê para a Defesa dos Direitos Humanos dos Países do Cone Sul.

Desde suas origens, o grupo contou com um pequeno número de membros e se reunia, inclusive, nos finais de semana, trabalhando de forma voluntária e conciliando ativismo com necessidades profissionais. Tempo depois, Jaime Wright obteve permissão da sua igreja para dedicar-se exclusivamente à organização, o que garantiu maior eficácia administrativa. Aos poucos, novas incorporações foram feitas: irmã Michael Mary Nolan, Padre Robert Grand-Maison, Fermino Fecchio, Theresa Brandão, Maria Auxiliadora de Arantes, Cida Horta, Inge Schilling, frei João Xerri, Lilia Azevedo, etc.¹² O grupo contou, ainda, com ajuda de numerosos exilados (legais ou não), localizados em São Paulo, os quais forneciam informação, contatos com fontes confiáveis e

redes internas de resistência dos seus países de origem e colaboravam, ainda, na tradução de documentos. A partir das iniciativas dos seus integrantes foi sendo conformada uma teia de contatos bastante diversa. A trajetória e a experiência particular de cada um deles amalgamaram coincidências, ativismos e voluntarismos confluindo em um eixo comum de valores e princípios éticos e ajuda ao próximo. Igrejas protestantes, núcleos católicos, associações profissionais de jornalistas e juristas, organismos de direitos humanos nacionais, regionais e extra-regionais, federações de familiares de perseguidos políticos, coletivos clandestinos de exilados, representantes de partidos políticos e entidades sindicais e estudantis faziam parte do universo nucleado. Para cada caso desenhava-se uma estratégia específica e avaliava-se qual das parceiras devia ser contatada e ativada, avaliava-se a urgência de movimentos, a gravidade da situação, o risco potencial envolvendo a vítima.

A dinâmica baseada no tripé resistência-solidariedade-denúncia permitiu a integração a redes maiores, com as quais colaborou e ajudou a consolidar múltiplos vínculos e ações, as quais, dependendo das circunstâncias, podiam ser públicas ou clandestinas. Houve situações nas quais Clamor prestou colaboração subsidiária a associações parceiras; em outras, lhe correspondeu a iniciativa central. Independentemente disso virou referência no cenário internacional pelas ações emblemáticas, por exemplo, as vinculadas ao reencontro de famílias. A sua voz chegou, diversas vezes, onde os familiares eram sistematicamente barrados e a sua base de dados, de tão completa que era servia de fonte de consulta para coletivos co-irmãos da Argentina quando precisaram confeccionar ou complementar suas listas de desaparecidos.

Um dos maiores cuidados dos coletivos de direitos humanos, nesse contexto, foi burlar as armadilhas preparadas pelos órgãos de inteligência. Assim, houve sempre cautela para evitar informações imprecisas, acusações sem confirmação, documentos falsos, pistas

diversionistas. Esses cuidados eram substanciais para agir com rapidez, eficiência, discrição e margem de segurança. Da mesma forma, era necessário definir códigos vinculando organismos e pessoas que serviam denexo bem como canais de comunicação intermediados. Confiança e reciprocidade foram outros fatores essenciais para sedimentar relações entre as organizações e com certos indivíduos. Aliás, ganhar a confiança de quem fugia era condição fundamental; a partir dela, se estabeleciam meios de proteção, de guarida e de contenção, o que, aumentava as chances de sucesso da operação. Até chegar à ACNUR e conseguir o salvo-conduto protetor devia-se agir no limite entre a legalidade e a ilegalidade. Telefones com escutas, caminhadas vigiadas, contatos monitorados e ameaças mais ostensivas faziam parte dos riscos cotidianos na prestação de auxílio. Diante desse desafio, os coletivos avaliavam e corrigiam estratégias a cada instante; em outras palavras, as formas de agir e movimentar-se não eram homogêneas nem padronizadas – os serviços de inteligência e órgãos de segurança tornavam impossível manter padrões estanques.

Para a execução das tarefas foram indispensáveis planejamento, ousadia e criatividade - combinados com cautela e certa dose de sorte. O entrelaçamento das instituições de direitos humanos se fundamentava em uma base comum de valores, proposições e projetos definidores das parcerias.¹³ A procura das mesmas decorreu tanto da magnitude do desafio a enfrentar - em um contexto repressivo destacado pela ausência de regras e instituições estatais às quais recorrer – quanto da percepção de que o trabalho coletivo tinha maiores chances de sucesso. Logo, a otimização das ações foi prioridade; assim se entende o esforço em reverberar eventos impactantes, com o objetivo de comover a sociedade, visando obter resultados positivos onde, frequentemente, estava em jogo a sobrevivência dos perseguidos.¹⁴

A territorialidade de Clamor foi extensa se considerarmos o alcance direto e indireto da sua atuação. Seus informes circularam por lugares bem diversos, aproveitando os entrelaçamentos com instituições religiosas e grupos afins na proteção dos perseguidos políticos. Contudo, embora a entidade tivesse o seu epicentro em São Paulo, realizava tarefas de apoio e contatos em todo o Brasil e nos países vizinhos. Além de reuniões e participações em eventos específicos, diversas missões foram enviadas ao Chile, Uruguai, Argentina e Paraguai. Essa geografia de atuação exigiu razoável interação para proteger seus integrantes e colaboradores quando se deslocavam fora do Brasil.

Um mosaico de contatos com organizações co-irmãs, pontos de apoio e colaboradores chaves expressava um dos capitais mais qualitativos da organização. Números de telefones confiáveis, nomes de pessoas estratégicas que manejassem dispositivos de proteção, contatos “quentes” em salas de redação de jornais, em fim, tudo constituía um suporte mínimo, uma infra-estrutura, independente de sempre haver margem para contingências conjunturais, imprevisibilidade das respostas coercitivas, fatalidade ou certo desconhecimento do cenário local. Nunca é demais salientar um dado concreto da realidade das ditaduras: os organismos de direitos humanos locais, sempre estiveram cerceados e foram espionados, ameaçados e até combatidos; já no caso da presença de representantes de associações estrangeiras – agindo, com freqüência, no limite da “legalidade” permitida –, poderiam ser alvo da política repressiva interna vigente (por exemplo, o caso paradigmático envolvendo o jornalista Flávio Tavares, no Uruguai)¹⁵ ou, então, ser centro de incidente diplomático. Não é preciso muito esforço para avaliar as implicações de situações desse tipo para as organizações de direitos humanos que procuravam defender presos e expatriados: impactos negativos imediatos, comprometimento do trabalho,

cerceamento das bases de apoio e da rede maior à qual estavam inseridas, exposição dos integrantes e dos colaboradores, etc.

De qualquer maneira, impasses e temores não inviabilizaram a resposta fraterna a contrapelo da então visível conexão repressiva regional. A irrigação dessa ajuda no espaço regional amplificou complexas relações para enfrentar os perversos efeitos da censura, dos suplícios e da hostilidade de acordo com a prática anestesiadora em cada país. Esse emaranhado de vasos capilares levou esperança para romper o isolamento decorrente do sistema coercitivo. De concreto, esses laços funcionavam conforme um “espaço por onde se transita, emitindo, recebendo informações ou fazendo-as circular”;¹⁶ no caso dos regimes de segurança nacional, com um agravante a mais: além do fluxo de informação, houve a vital passagem de pessoas as quais urgia salvar.

A projeção espacial dessa malha protetora (ou de múltiplas redes sobrepostas e conectadas entre si) realça os pontos nodais dos principais grupos em cada nação, mas também as interconexões singulares de sustentação daquelas que optaram por desenvolver uma interfase extrafronteiriça, caso do Clamor, aproveitando a relativa distensão existente no Brasil e a presença dos estrangeiros de passagem ou submersos nos meandros da semilegalidade ou dos entraves burocráticos para obter documentação correspondente. Inegavelmente, esses fatores redimensionados pela presença de perseguidos políticos em uma terra estranha, e pela ética da solidariedade, levaram o pequeno coletivo, a oferecer acolhida e socorro para atender as exigências do ACNUR e denunciar as formas de violência estatal existente no sul do continente.

A infra-estrutura de Clamor melhorou quando passou a compartilhar uma sala na Cúria Metropolitana, onde se reunia às terças-feiras à noite; mesmo assim, diante de situações críticas havia encontros emergenciais para agilizar diligências. Suspeitando ser alvo de vigilância, as mensagens eram lacônicas e codificadas. A urgência do momento

exigia eficiência, agilidade na resposta e rigorosa cautela. Dentro dessa perspectiva deve ser dito que Clamor não perdeu nenhuma pessoa que tenha se acolhido a sua proteção, dado extremamente meritório considerando os tempos vividos. Uma linha estratégica marcadamente profícua foi a aproximação com setores da imprensa, aproveitando os ventos da abertura (restrita); ao fim e ao cabo, possibilitava-se a veiculação de denúncias nos jornais, fato único na região. Estar sob o guarda-chuva da Cúria Metropolitana auxiliava significativamente, pois sempre havia jornalistas de plantão aos quais era filtrada informação sensível sobre os outros países. Tudo era potencializado para agir com rapidez nas iniciativas tomadas, única forma de ajudar pessoas que se encontravam na condição de seqüestradas-desaparecidas, mas que ainda podiam estar vivas.

A relação com as igrejas foi propícia para a atuação do Clamor. Sem haver uma pré-condição de vínculos religiosos entre seus membros, as relações com o Conselho Mundial de Igrejas foram positivas; parte do financiamento era obtido mediante a sua intermediação e de outros comitês de apoio europeus e da América do Norte. Parte dessas contribuições era destinada a ajudar coletivos de familiares, facilitar o deslocamento de missões e militantes, custear operações singulares e produzir, imprimir e distribuir o boletim da entidade.

Além dos vínculos com a Cúria Metropolitana e ACNUR (estruturas procuradas, também, pelos demais comitês e instituições existentes no Brasil), havia, todavia, inúmeras interfaces com grupos nacionais,¹⁷ argentinos,¹⁸ dos demais países do Cone Sul¹⁹ e de fora da América do Sul.²⁰ A dimensão e diversidade da rede condiziam com a complexidade e natureza dos coletivos integrantes. Quanto aos Estados contíguos, o grau de envolvimento dependia das condições concretas existentes em cada caso; cabe lembrar o contraste de contextos internos e ritmos e intensidade de violência estatal em relação ao Brasil. Os

pontos de conexão dessa teia ocorriam em eventos, missões especiais, produção e distribuição de material informativo, circulação de cartas, trânsito de vítimas e familiares e promoção de encontros com autoridades estatais, conselheiros de organizações internacionais e do mundo religioso.

Conforme antecipamos, a situação dos desterrados que chegavam a São Paulo, era profundamente dramática. Carregavam as marcas do horror, da violência sem limites, da perseguição constante em qualquer lugar. A maioria provinha da Argentina, mas ademais havia chilenos, uruguaios, bolivianos e paraguaios. Contavam relatos difíceis de serem compreendidos, sobre fatos que pareciam inverossímeis; falavam de tortura, de pessoas desaparecidas, de centros clandestinos de detenção, de execuções. As cartas que chegavam à sede, com fotos de casais e filhos, todos desaparecidos, colocavam outra interrogação: qual era o destino dessas crianças? As constantes declarações de familiares tornaram público um crime até então inédito e impensável na região: o seqüestro da prole no momento da captura dos pais ou quando nasciam nos centros clandestinos - filhos de mães que haviam sido “guardadas” como *incubadoras humanas*, antes de serem executadas e desaparecidos seus cadáveres. Pela primeira vez se percebeu, a partir de registros precários, aquilo que depois ficou conhecido como plano sistemático de apropriação de crianças (e de suas identidades) promovido por agentes repressivos. Embora concentrada na Argentina, a dinâmica deste crime envolvia, do mesmo modo, agentes de outras ditaduras, o que confirmava a concretude desse circuito ampliado de colaboração entre as mesmas. Clamor se vinculou fortemente com esta problemática; sua ajuda foi vital para amparar os familiares e apoiar a luta das organizações específicas.

Outra grande contribuição da organização na luta contra os regimes de exceção foi a criação de um instrumento vital, o boletim que

levava o mesmo nome do grupo. O mesmo sistematizava toda a informação recolhida junto aos refugiados ou recebida das organizações que sobreviviam e resistiam no interior das ditaduras vizinhas. Seu objetivo era denunciar e sensibilizar a opinião pública internacional quanto aos crimes cometidos. Igualmente, alentava àqueles que resistiam em condições extremamente difíceis; era uma forma de dar-lhes voz, de permitir que pudessem ser ouvidos fora das fronteiras ciosamente controladas pelas forças de segurança. O lançamento do primeiro número coincidiu com a Copa do Mundo da Argentina, em 1978, momento de enorme tensão; a Junta Militar havia cuidado para que nada fugisse do controle e fracassasse a tentativa dos familiares de aproveitar a presença massiva de jornalistas do mundo inteiro para fazer suas denúncias. Apesar das comemorações por causa da vitória da seleção local, os familiares foram filmados, ouvidos e puderam mostrar a outra cara da festa. Clamor co-participou, a seu modo, nessa atitude de ousadia; seu primeiro boletim foi totalmente dedicado àquele país.

Para evitar equívocos, os responsáveis pela edição final de cada boletim verificavam, com máximo cuidado, a informação disponível e as fontes. Era primordial impedir qualquer tipo de infiltração ou publicação de acusações que pudessem ser facilmente refutadas por imprecisas, vagas ou falsas, fato que prejudicaria a credibilidade dos envolvidos diante das “informações oficiais”, mentiras, silêncios e tergiversações promovidas pelo poder discricionário. Não se podiam cometer erros nas campanhas de informação e esclarecimento.

Visando facilitar o acesso da informação ao público extrarregional, o boletim tinha versões em português, espanhol e inglês (uns quinhentos exemplares em cada língua). Seu alcance era potencializado pelos receptores qualificados do material; cada ponto nodal da rede de conexão multiplicava a disseminação das mensagens; mais de cinquenta países recebiam o boletim, o que ajuda a mensurar o longo alcance do

fluxo informativo e a capacidade de trabalho. Dos conteúdos de maior impacto inseridos em cada número constavam as listas de desaparecidos e de crianças procuradas; dezenas de fotografias acompanhavam os nomes, pois era fundamental mostrar um rosto, tática de humanização estratégica da vítima, sobretudo no caso das crianças. Quer dizer, o boletim, além de divulgar fatos, constituía uma valiosa ferramenta para ajudar na localização dos desaparecidos ou de pistas que contribuíssem para encontrar o fio da meada dos rastros perdidos ou, então, que ajudassem no esclarecimento de casos (com o tempo se consolidou uma seção intitulada “*Onde estão? ¿Donde están?*”). Além dos números regulares (de periodicidade variável), havia outros que eram temáticos e dedicados a cada um dos países da região, o que em si, mostra o fôlego para obter informação e os vínculos subterrâneos com entidades e militantes. Os boletins eram recheados por cartas e poesias de refugiados ou presos, e informes variados sobre a condição dos cárceres, de presos doentes, da situação dos familiares, etc. Se no Brasil a circulação era semilegal, nos países vizinhos, se dava em condições francamente adversas, de clandestinidade, com o risco de vida para seus portadores. Contudo, tratava-se de tarefa vital, pois levava esperança àqueles tão maltratados, acuados com tantas perdas; eles podiam perceber, nessas páginas, que não estavam sozinhos ante uma luta tão desigual.

À medida que ganhou corpo Clamor passou a conectar-se regularmente a organizações afins espalhadas pelo mundo, mas principalmente com as que sobreviviam e resistiam na Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai. Essa integração de entidades objetivando a ação coletiva em defesa dos perseguidos políticos e de documentação da violência contra os direitos humanos, viabilizou e potencializou o que Guilherme Fraga denominou “um esquema de redes como fator essencial para combater o terrorismo de Estado aplicado pelas ditaduras de Segurança Nacional”.²¹

Clamor e a conexão solidária “*contracondor*”

Clamor se destacou na denúncia de desaparecimentos na região. Aproveitando as frestas que se abriam no Brasil, na relação censura e imprensa, captou, produziu e distribuiu informação em todos os cenários internacionais possíveis, burlando, inclusive, os mecanismos de estrangulamento aplicados pelas forças de segurança. Diversas foram as campanhas de divulgação e esclarecimento promovidas no Brasil e no exterior. Em relação a alguns desses casos já havia pistas que sinalizavam para a existência de deslocamentos extraterritoriais de comandos repressivos e sinais de permissividade ou cumplicidade, mas tudo era, ainda, bastante nebuloso. Nada se sabia, nesse momento, sobre a Operação Condor, mas havia registros de evidente colaboração; as notícias sobre o que ocorria em Buenos Aires permitiam especular sobre isso. Para Jan Rocha, o formato da conexão repressivo em grande escala se tornou mais perceptível a partir do sequestro dos uruguaios Universindo Dias Rodrigues, Lilián Celiberti e os filhos desta, Francesca (três anos) e Camilo (sete anos), em Porto Alegre, em novembro de 1978, com a evidência da colaboração entre militares uruguaios e brasileiros. Vinculados ao *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP), partido político uruguaio clandestino, arrasado na Argentina em 1976. Lilián e Universindo procuravam estabelecer uma base de contato o mais próxima possível do Uruguai, apostando em uma dinâmica de trabalho que fizesse circular informação entre a resistência sufocada no interior daquele país e o exílio organizado. Além de Porto Alegre, também havia uma base operativa do PVP em São Paulo.

O seqüestro de Porto Alegre foi denunciado a partir de uma série de coincidências e do funcionamento do dispositivo de segurança interna do PVP,²² reestruturado após a nefasta experiência argentina. Uma série de telefonemas anônimos, alguns dos quais chegaram até Jan Rocha,²³

mobilizaram os jornalistas Luiz Cláudio Cunha e João Batista Scalco por um lado, e o advogado Omar Ferri por outro, o que desencadeou um emaranhado de eventos até a descoberta da “ratoeira” montada no apartamento dos uruguaios para capturar outros militantes. Após semanas de avanços e recuos na investigação jornalística que se seguiu foi confirmada a relação entre as estruturas repressivas de ambos os países. No caso do Brasil havia o envolvimento de toda a estrutura de comando, do DOPS gaúcho até o Estado Maior das Forças Armadas. A presença de comandos uruguaios atuando com impunidade fora do seu território nacional, os subterfúgios do governo brasileiro para encobrir o fato, o perfil dos seqüestrados, a presença das crianças, o aparecimento com vida dos adultos nos cárceres uruguaios e das crianças - após três semanas de seqüestro-desaparecimento -, desnudaram a ação conjunta e o intercâmbio de favores entre ambos os governos. Sobre o fato, Clamor se manifestou desde o início com um editorial em que afirmava que “Solidariedade não tem fronteira”, expressão que virou sinônimo do seu objetivo essencial, que as organizações brasileiras de defesa dos direitos humanos precisavam articular-se com coletivos similares das sociedades atingidas por ditaduras, com as quais coincidiam nos seus princípios éticos fundadores.

O relativo fracasso do seqüestro de Porto Alegre permitiu que a *Condor*, clandestina e desconhecida fora dos círculos securitistas dos estados associados, fosse denunciada publicamente. O desfecho da ação expôs a cooperação entre Brasil e Uruguai, a sintonia entre suas forças de segurança e explicitou a presença brasileira no esquema de cooperação. Ou seja, pela primeira vez, o método condor era revelado.

Em função disso, o medo acompanhou os latino-americanos estabelecidos no Brasil até o final da administração Figueiredo. Temiam a infiltração dos agentes de segurança dos seus países e sua circulação no meio da comunidade exilada, monitorando seus passos. O receio era

mais do que justificado, entre 1978 e 1980, diversos cidadãos vinculados a Montoneros, foram seqüestrados no Brasil e levados para a Argentina; tais ações foram reconhecidas, posteriormente, como vinculadas ao marco *da Condor* e visavam militantes que usavam o Brasil como local de entrada ou saída da região – especialmente no que se refere à Operação Retorno ou Contra-ofensiva Montonera.²⁴

[...] Na época da visita do general Jorge Videla ao Brasil, em 1980, parte da colônia argentina que aqui residia estava muito temerosa. Até porque fazia pouco tempo que uma nova Lei de Estrangeiros havia sido aprovada e alterava os mecanismos de proteção dos mesmos. [...] Tal situação produziu alarme na comunidade. Temiam que a visita de Videla produzisse muitas expulsões.²⁵

Para evitar surpresas, entidades de direitos humanos disponibilizaram advogados durante o período da visita de Videla ao Brasil, em 1980, no que chamaram de dispositivo de “socorro jurídico”: esses profissionais permaneceram em atitude de alerta para agir prontamente em caso de ocorrer alguma prisão arbitrária ou tentativa de seqüestro. Paralelamente, representantes dessas associações conversaram com o Ministério da Justiça solicitando que se evitasse, naquele contexto, qualquer expulsão entre os refugiados. O fato é que nada aconteceu, mas o mecanismo de proteção foi preventivamente montado para servir de suporte ágil contra qualquer medida arbitrária que pudesse ocorrer.

Anteriormente ao vôo *da condor* em Porto Alegre, Clamor vinha participando de uma ação de grande envergadura: a irradiação de denúncias de seqüestros e desaparecimentos de cidadãos vítimas das ditaduras regionais. Mas também se destacava na divulgação de dezenas de rostos e nomes pertencentes a crianças e bebês que haviam sumido (durante os ataques em que seus pais haviam sido seqüestrados ou assassinados); ou seja, não haviam sido deixadas com vizinhos ou familiares, nem havia registro, salvo eventuais exceções, de cadáveres. Logo, haviam sido seqüestradas. A pergunta era: com que objetivo?

Relatos esparsos de testemunhas tampouco ajudavam a esclarecer o mistério. Abria-se aqui, uma das páginas mais perversas do terrorismo de Estado e suas ramificações extrafronteiriças; resolver esse mistério foi um dos maiores desafios na luta contra os crimes cometidos pelos Estados de exceção de segurança nacional. Nesse sentido, Clamor teve papel chave na elucidação desta trama.

Efetivamente, um dos primeiros casos que forneceu evidências de que o padrão de colaboração regional havia sido reconfigurado foi o sequestro, desaparecimento e posterior recuperação dos irmãos Anatole e Eva Victoria (Vicky) Julien Grisonas, crianças de um ano e meio e quatro anos, respectivamente.²⁶ Após terem sido sequestradas em Buenos Aires, junto com seus pais, em 1976, somente foram reencontradas e tiveram sua identidade restituída em 1979, após intensa e cuidadosa ação de contrainteligência promovida pelo entorno de ativistas de direitos humanos, de grupo de exilados e dos familiares. Clamor foi decisivo para este desenlace, em 1978 divulgara seus rostos e nomes no boletim espalhando-os, assim, por todos os canais de informação de que dispunha e ativando todos os mecanismos possíveis, ampliando geográfica, política e socialmente o universo daqueles que podiam ser sensibilizados e mobilizados pela denúncia.

Uma vez confirmada a presença das crianças no Chile,²⁷ sob o manto de Don Paulo, Clamor se erigiu em centro de operações para passar a uma segunda fase: acompanhamento *in loco* do caso - acumulando mais informação -, procura de interlocutores e locais solidários, avaliação de estratégias de aproximação às crianças e aos pais adotivos. Cabe assinalar que se tratava de procedimentos totalmente inéditos e que, a possibilidade de encontrar crianças desaparecidas era, até esse momento, improvável. A falta de experiência em como lidar com a situação tornava a operação um desafio muito maior, pois a incerteza sobre como agir e os passos a seguir eram interrogações difíceis

de prever; sem esquecer, ainda, que envolvia informações e situações por demais sensíveis exigindo uma análise minuciosa e extremamente sigilosa bem como atuação muito discreta para evitar ante o risco de exposição das vítimas diretas, dos familiares, dos denunciantes e dos colaboradores. Tudo ficava mais complexo ao considerar o fato de ser um contexto certamente hostil: de forma prática, como efetuar uma ação tão ousada no Chile de Pinochet? De que maneira se poderia proteger os ativistas e familiares que viviam em outros países da região, mergulhados em regimes autoritários e seus “esquemas condor” de colaboração repressiva? Todo esse esforço era planejado e articulado desde a base operativa sediada em São Paulo, centro nervoso e econômico de uma das ditaduras mais antigas e poderosas do continente, a brasileira.

A resolução do caso e o posterior surgimento de novas informações permitiram reconstituir, com o passar do tempo, a história dos irmãos. Entre o seqüestro sofrido em setembro de 1976 até seu abandono e posterior adoção em Valparaíso, no Chile, as crianças haviam sido vistas no *Centro Clandestino de Detención Automotores Orletti*, na Argentina, e na sede do *Servicio de Información de Defensa* (SID), no Uruguai. Em 1979, a força das redes de solidariedade internacional se manifestou concretamente; na Venezuela surgiu um forte indício sobre o destino das crianças e não tardou em chegar ao entorno do Clamor.²⁸ Atrás dessa pista foram enviados integrantes ou colaboradores do grupo ao Chile (primeiro a ativista uruguaia Mariela Salaberry e, posteriormente, o jornalista Ricardo Carvalho e o advogado Luis Eduardo Greenhalgh – essencial para sustar um processo de adoção em andamento). Confirmada a informação recebida, foram chamados os familiares.

A trama, em terras chilenas, se mostrou delicada, envolvendo a avó que procurava os netos, o grupo de apoio, a família adotiva, Belela Herrera da ACNUR, advogados, psicólogos e assistentes sociais,

representantes locais de organismos de direitos humanos e setores da imprensa que acompanhavam o fato quando ganhou notoriedade; o pano de fundo era o do governo Pinochet e o impacto que gerava na ditadura brasileira e, apesar da rigorosa censura, nas co-irmãs uruguaia e argentina. A disputa acabou sendo, como era previsível, muito tensa, os pais adotivos, que não tinham vínculos de nenhuma espécie com esquemas repressivos, haviam estabelecido ótimos laços de afeto com as crianças e a reciprocidade desses sentimentos era visível. Do outro lado, existia uma família biológica que não mediu esforços na procura pelo casal de irmãos e dos seus pais verdadeiros. Finalmente, o impasse foi resolvido graças ao enorme desprendimento das famílias Julien e Grisonas e, sobretudo, da avó Angélica Cáceres de Julién. As crianças ficaram com os pais adotivos, mas recuperaram, aos poucos, uma convivência próxima com a família biológica. A resolução de um drama humano tão complexo passou, inclusive, pelo envolvimento direto de Don Paulo e dos seus colaboradores, procurando convencer e confortar as famílias que haviam perdido um casal de jovens e um casal de netos argumentando que uma nova separação poderia produzir novo trauma nas crianças que carregavam profundas marcas anteriores. A própria Belela Herrera, comovida, reconheceria esse papel de mediação: “[no] episódio tão comovente dessas crianças, don Paulo teve tanto que ver, o Clamor teve tanto que ver, o Brasil teve tanto que ver... [...]”.²⁹

O impacto causado pela descoberta das crianças e a existência de uma tipologia de ação encoberta, desconhecida até esse momento, gerou expectativas em muitos familiares de que as centenas de crianças que haviam sido desaparecidas poderiam ter um destino semelhante ao dos irmãos Julien. Abria-se a esperança de que outras crianças pudessem ser reféns de captores ou de adoções ilegais. O fato é que, com base nesse caso, as *Abuelas* multiplicaram seus vínculos e atividades conjuntas com o Clamor.³⁰

Os irmãos Julien foram as primeiras crianças encontradas cujo seqüestro foi elucidado, o que gerou comoção e sensações desconhecidas. Em primeiro lugar, produziu profunda indignação mundial diante do reconhecimento da existência de algo tão ignóbil, o seqüestro de crianças pequenas usadas como objeto de barganha, negócio ou simples apropriação do maior “butim de guerra” que pode existir, o dos filhos do “inimigo”. Em segundo lugar, gerou expectativa nos familiares de desaparecidos e nos coletivos de resistência: tornava plausível considerar que houvesse certa racionalidade por detrás do até então inexplicável desaparecimento de crianças pequenas. Nesse sentido, um novo ânimo extrapolou o universo familiar e se irradiou por uma sociedade que só acumulava feridas abertas pelo terrorismo de Estado; após a difícil aceitação de que a palavra “desaparecido” era sinônimo de cadáver oculto, abria-se a perspectiva de que isso não valesse para as crianças (ou para todas elas). Essa possibilidade mobilizou uma sociedade brutalmente golpeada, mas que experimentaria em cada futura restituição de identidade e reencontro - por mais duro que fosse -, uma pequena vitória da vida, contra a morte promovida pelo Estado e seus agentes. Em terceiro lugar, a resolução parcial do quebra-cabeça que envolvia a Anatole e a Vicky corroborou que a coordenação repressiva não tinha limites para suas ações. Não era mais possível negar que, sob as justificativas da segurança nacional, duas crianças haviam sido tratadas como inimigas, seqüestradas, transportadas, ocultadas e, para executar essa *gigantesca operação de guerra*, três ditaduras haviam agido coordenadamente dentro dos marcos da ainda desconhecida Operação Condor.

Considerações finais

Clamor foi o elo de encontro de ativistas vinculados à defesa dos direitos humanos e solidários com as vítimas do terrorismo de Estado

vigente no Cone Sul no final dos anos 70. O drama humano daqueles contingentes de estrangeiros que legalmente ou ilegalmente se avolumavam em São Paulo, dentro dos nichos protetores da Arquidiocese de São Paulo ou da instabilidade dos círculos de exilados, sensibilizou os fundadores da entidade. A frágil situação de núcleos familiares inteiros, o horror expressando-se no rosto daqueles desarraigados, a presença de crianças testemunhas de fatos inomináveis e o lamento de mães e avós denunciando tragédias pessoais foi o caldo de cultura que mobilizou Jan Rocha, Jaime Wright e Luiz Eduardo Greenhalgh.

Tratava-se de um contexto brasileiro onde a ditadura vigente, ainda criminosa e destrutiva, contudo, parecia colocar-se no contrafluxo da tendência regional. Instalada no poder há mais de uma década, o Estado discricionário vivia um momento distinto ao da maré repressiva que atingia brutalmente o Cone Sul. De certa forma era o reconhecimento de que o “trabalho sujo” mais urgente havia sido efetuado anteriormente, a diferença da Argentina, Uruguai e Chile. Mas o Brasil ainda era um cenário carregado de incertezas, retrocessos autoritários e manifestações concretas de violência estatal. Entretanto, havia uma tênue distensão em andamento, o que não pode ser objeto de menosprezo. A imprensa ganhava autonomia e fôlego, o espaço político começava a ser recuperado – mesmo de forma tímida – e a sociedade, pouco a pouco, começava a superar a desconfiança e o efeito anestésico para manifestar-se e levantar bandeiras, por exemplo, a da anistia. Em esse cenário irrompeu a associação liderada por Wright, Rocha e Greenhalgh, no meio de outras organizações que incidiam nas lutas internas que abalavam o Brasil; nasceu desde o entendimento comum dos seus fundadores e colaboradores imediatos de que a defesa dos direitos humanos era uma ação coletiva a propagar-se em forma de onda expansiva, estimulada pela multiplicação de esforços de todos os que se

indignavam diante da prepotência do poder, das formas brutais de silenciamento e da paranóia inventada desde o Estado repressor e seus sócios de classe, contra um interminável e apocalíptico “inimigo interno”.

A entidade e sua estrutura específica de apoio, ou em rede com outros “clamores”, acolheu perseguidos, ofereceu esconderijos, documentos e recursos; ainda, intermediou pedidos de asilo, reuniões de familiares e contatos com autoridades, documentou maus-tratos, coletou e elaborou informação, ajudou no deslocamento de opositores por território hostil, recebeu e respondeu correspondência, elaborou listas de cidadãos torturados, presos, executados e desaparecidos, e de crianças seqüestradas, construiu um instrumento vital de luta (o boletim), aglutinou esforços individuais e coletivos afins, entre tantas outras formas de atuação conseqüente. Em resumo, fortaleceu desesperançados e ajudou a salvar vidas, muitas vidas. Em tempos de terrorismo de Estado, de conexão repressiva e de Operação Condor, quantas vidas foram salvas? É impossível quantificar todos os que receberam ajuda direta, indireta ou que foram reanimados pelos efeitos, mesmo distantes, produzidos pela sua ação expansiva e dos seus integrantes (individualmente ou em conjunto), dos seus colaboradores diretos, dos seus boletins, em fim, dos seus *clamores* de denúncia e dignidade.

Enquanto organização de cooperação fraterna e defesa dos direitos humanos, suas ações não deixam dúvida alguma quanto a isso, e essa é a primeira grande característica que deve ser associada ao seu nome. Uma segunda característica definidora do seu perfil está relacionada com a sua configuração enquanto espaço de resistência contra a dinâmica criminosa propagada desde os regimes ditatoriais. Dentro dessa perspectiva e simultaneamente às ações de ajuda, seus militantes foram ativistas, não só na ajuda aos mais desesperados, mas também na luta contra os Estados de exceção; ou seja, a entidade se constituiu em núcleo

ativíssimo na luta de resistência contra a tirania e pela redemocratização da América do Sul, reivindicando a normalização das relações políticas e dos direitos cidadãos, a condenação de todas as formas restritivas e repressivas estatais, o fim da tortura, a volta dos exilados, a liberação dos presos políticos, a entrega dos restos dos desaparecidos aos familiares (exigindo conhecer o nome dos repressores) e a saída dos militares do governo, entre tantas outras bandeiras. Finalmente, deve-se mencionar a peculiaridade que expressa a sua singularidade entre as organizações de direitos humanos da região, a preocupação prioritária com aqueles que fugiam sem cobertura e em condições de extrema fragilidade, da violência estatal vigente no Cone Sul da segurança nacional. Diante desse fenômeno, Clamor se erigiu, apesar de condições tão adversas e desiguais, em uma espécie de “*contraconexão*” repressiva, portanto, uma conexão de colaboração, apoio e solidariedade estabelecendo pontes e esperanças através do seu trabalho, desconhecendo fronteiras na hora de denunciar, dando voz aos silenciados, dando nome às vítimas, dando rosto aos desaparecidos; em síntese, lembrando dos esquecidos ante a omissão, a indiferença, a desinformação, a mentira e o esquecimento induzido.

Por fim, seus militantes ecoaram pedidos de ajuda e gritos de indignação irmanados a uma generosa e irrestrita solidariedade. Contudo, a sua história e seu exemplo conseqüente tem sido pouco lembrado no presente, talvez por obra e graça da combinação dos efeitos residuais da desmemória dos tempos recentes combinados com o exacerbado individualismo de corte neoliberal e a descrença nas formas coletivas do fazer político. Entretanto, se deve agradecer muito a Clamor pela presença de Anatole, de Vicky, de Mariana e de centenas de tantos outros *anatoles*, *vickys* e *marianas* de todas as idades... porque em tempos de morte e de voos *da condor*, Clamor foi, acima de tudo, uma aposta

contra a opressão e, justamente por esse motivo, uma enorme e corajosa aposta a favor da vida.

Notas

* Professor do Departamento e Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS. E-mail: lola@adufgrs.ufrgs.br

¹ PADRÓS, E. S.; SIMOES, S. A ditadura brasileira e o golpe de Estado chileno. **Outros Tempos**, vol. 10, 2013, pp. 233-261.

² Aplicando muitos fundamentos da Doutrina Francesa (Guerra Revolucionária), constituída a partir das experiências do colonialismo francês na Indochina e na Argélia.

³ Ejército Argentino. **“Plan del Ejército (Contribuyente al plan de seguridad nacional): Anexo 6, vigilancia de fronteras”**, Argentina.

⁴ Sobre esta questão sugerimos: PADRÓS, E. S.; SLATMAN, M. Brasil y Argentina: modelos represivos y redes de coordinación durante el último ciclo de dictaduras del Cono Sur. Estudio en clave comparativa y transnacional. In: JENSEN, S.; LASTRA, S. (Ed.). **Exilios: militancia y represión: nuevas fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina de los años setenta**. La Plata: EDULP, 2014.

⁵ A articulação regional repressiva justificou a sua existência no *formato condor* pela descoberta de uma articulação guerrilheira denominada *Junta Coordinadora Revolucionaria* (JCR) que aglutinava MLN-Tupamaros (Uruguai), ERP (Argentina), MIR (Chile) e ELN (Bolívia).

⁶ ROCHA, J. **Ciências & Letras**, nº 56, jul. dez. 2014. (no prelo)

⁷ Ver: LIMA, S. Clamor: la colcha de retazos de la memoria. In: DA SILVA CATELA, L.; JELIN, E. (Comp.). **Los archivos de la represión: Documentos, memoria y verdad**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

⁸ Belela Herrera. Depoimento a Jan Rocha. In.: PADRÓS, E. S.; VIVAR, J. **Memórias da Resistência e da Solidariedade: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as Ditaduras do Cone Sul e suas conexões repressivas**. Porto Alegre: Ed. ASF-Brasil, 2013, p. 252.

⁹ ROCHA, J. op. cit.

¹⁰ ROCHA, J. op. cit., p. 189.

¹¹ idem.

¹² CARVALHO, R. **O Cardeal da Resistência: as muitas vidas de dom Paulo Evaristo Arns**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2013, p. 209.

¹³ SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, vol. 21, n° 1, jan./abr. 2006. pp. 109-130. p. 113.

¹⁴ FRAGA, G. B. **A solidariedade não tem fronteiras**: o grupo Clamor e a rede de direitos humanos na resistência às Ditaduras do Cone Sul. TCC, UFRGS, Porto Alegre, Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/67217/000872581.pdf?sequence=1> Acesso: 20/12/2014.

¹⁵ Em 1977, o jornalista brasileiro Flávio Tavares, do jornal mexicano *La Jornada*, acabou seqüestrado por agentes do estado uruguaio, no aeroporto de Montevidéu, quando se retirava do país com denúncias sobre a repressão interna. Após sofrer interrogatórios e simulações de fuzilamentos foi ameaçado de ser entregue à ditadura brasileira (Tavares era um dos seus mais ilustres exilados). TAVARES, F. **Memórias do esquecimento**. São Paulo: Globo, 1999. Cap. XI.

¹⁶ PRAZERES, M. Desafios da atuação em rede. **Ritz**, set. 2004. p. 1.

¹⁷ Outras entidades brasileiras irmanaram esforços com Clamor, casos da Comissão de Justiça e Paz, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), da Associação de Advogados pelos Direitos Humanos, Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina (CBS). Praticamente todos os grupos de exilados existentes no Brasil mantiveram com Clamor uma relação muito profícua em termos de colaboração e trabalho conjunto.

¹⁸ *Madres e Abuelas de Plaza de Mayo*, *Centro de Estudios Legales y Sociales* (CELS), *Asamblea Permanente por los Derechos Humanos*, *Familiares de Detenidos-Desaparecidos*, *Servicio Paz y Justicia* (SERPAJ) entre outras organizações.

¹⁹ Uruguai (familiares de desaparecidos e de presos políticos e SERPAJ local); Paraguai (*Comité de Iglesias* e setores do movimento camponês); Chile (*Vicaría de la Solidaridad*, *Fundación de Ayuda Social de las Iglesias Cristianas* e setores de familiares de vítimas); Bolívia (*Asamblea Permanente de Derechos Humanos* e setores da Igreja).

²⁰ Fora da região o parceiro mais constante foi o mencionado Conselho Mundial de Igrejas, importante fornecedor de apoio financeiro. Também ajudavam igrejas protestantes da Suécia, Holanda, Suíça bem como o grupo ecumênico *Christian Aid* e o católico Cafford (ambos britânicos) e o irlandês Troquer. Dos Estados Unidos e Canadá também se recebia apoio de entidades ligadas a igrejas católicas e protestantes.

²¹ FRAGA, G. B. op. cit., p. 79.

²² A ausência de contato telefônico de Lilián com determinado local, previamente combinado, alertou o dispositivo de segurança do PVP. Durante o período em que a armadilha esteve montada, um telegrama chegado de Paris foi respondido com uma chamada telefônica de Lilián (diante dos seqüestradores) o suficientemente ambígua para que a organização desconfiasse e acionasse a imprensa. CELIBERTI, L.; GARRIDO, L. **Mi habitación, mi celda**. Montevideo: Arca, 1990. p. 25.

²³ Foi Jan Rocha quem, desde São Paulo, acionou o advogado de perseguidos políticos Omar Ferri repassando a ele informações que recebera do pessoal do PVP sobre o seqüestro em andamento.

²⁴ Ver: MARIANO, N. **Montoneros no Brasil. Terrorismo de Estado no seqüestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos.** Mestrado, PUCRS, Porto Alegre, Brasil, 2006.

²⁵ ROCHA, J. op. cit.

²⁶ Sobre o caso dos irmãos Julien ver: PADRÓS, E. S. A Operação Condor e a conexão repressiva no Cone Sul: a luta pela verdade e pela justiça. **Organon**, nº 47, julho-dezembro 2009.

²⁷ As crianças haviam sido abandonadas em uma praça de Valparaíso, em dezembro de 1976. Um policial levou-as a um orfanato. Após certo tempo foram adotados pelo casal Larrabeitis-Yañez, o qual pretendia ficar só com a menina, mas Anatole insistiu muito para que não os separassem. A esse respeito, Jan Rocha reflexiona que a “[...] atitude de Anatole me leva a conclusão que uma das razões para que os agentes da repressão os abandonassem tão longe é que o menino, de quatro anos, sabia o nome dele, dos pais, o endereço em Buenos Aires, sabia tudo. Um bebê de um ano e meio não pode falar tudo isso, mas uma criança de quatro anos pode, sim, ‘eu me chamo tal, eu vi minha mãe caída no chão, eu vi minha mãe ferida’, ele contou tudo [...].” ROCHA, J. op. cit.

²⁸ Uma assistente social chilena, de passo pela Venezuela, reconheceu as fotos de Anatole e Vicky em cartazes que denunciavam seu desaparecimento na Argentina. A partir desse fato foram ativados contatos entre os exilados uruguaios; de Caracas a Paris e desta a São Paulo, a informação chegou até Mariela Salaberry, vinculada ao PVP, quem acionou a Jan Rocha. Apesar da incredulidade inicial – o fato parecia pouco verossímil – foi decidido que a pista devia ser investigada. ROCHA, J. op. cit.

²⁹ HERRERA, B. op. cit., 253.

³⁰ Clamor permaneceu em contato direto com as organizações de direitos humanos que procuravam pelos desaparecidos. Em relação às crianças prestaram todo apoio aos familiares de Mariana Zaffaroni, como bem se registra no livro de Mariela Salaberry “Mariana tu y nosotros: diálogo com María Ester Gatti” (ver página 75 e capítulo VII). Foi através da entidade que se chegou ao nome do apropriador, o repressor Miguel Angel Furci. Ver: ROCHA, J. op. cit., pp. 191-192. Sobre o Caso Mariana Zaffaroni sugere-se: PADRÓS, E. S. A guerra contra as crianças: práticas de seqüestro, desaparecimento e apropriação de identidade no século XX. **Revista da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul**, vol. 6, 2014. Sobre a vinculação do Clamor com o caso Mariana Zaffaroni ver: LIMA, S. **Clamor: a vitória de uma conspiração brasileira.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2003. Cap. 16.

Data de envio: 21/05/2014

Data de aceite: 02/06/2014